

NATALINO FERREIRA MENDES E A POESIA DA HISTÓRIA: CÁCERES E CUIABÁ NOS CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL¹

Preâmbulos

Durante quase dois mil anos escrever história significava uma forma de arte, um gênero literário, que se imbricava em outros gêneros tais como o épico, o lírico, o satírico, o dramático, devendo se levar em conta questões de retórica e de estilo (Albuquerque Jr., 2007, p. 62). Aristóteles (1988) diferenciava a poesia que narra o que poderia ter acontecido, da História que narra o que aconteceu. Para o filósofo ateniense a poesia seria de um gênero mais nobre e filosófico do que a história, por poder se elevar ao geral, já que a história não passaria de uma ciência do particular.

Isto se modificou drasticamente ante o processo de cientificização e disciplinarização empreendida pelos historicistas prussianos, a partir da segunda metade do Setecentos. Adquirindo estatuto de ciência, a História, detentora da verdade, apartava-se da Literatura, contempladora da ficção.

Parte-se do princípio de que a materialização da história se efetiva sob a forma de escritura/literatura que, dentre outras possibilidades, pode ser concebida como o último estágio da operação historiográfica, descrita por Michel de Certeau. Ou seja, ela é o resultado da articulação das práticas “científicas” ancoradas em seus lugares socioeconômicos, políticos e culturais. História é o produto elaborado pelo historiador, é a resposta à intrigante pergunta do referido historiador francês: o que fabrica o historiador quando “faz história”? A que o próprio autor responde: um texto, uma literatura, uma escrita¹.

De acordo com Paul Veyne, História é a narrativa dos acontecimentos. E, se a narrativa pertence também ao campo da literatura, há uma tendência ao afastamento da sua pretensão de ser ciência. O autor de *Como se escreve a história* interroga: o que realmente aconteceu? Não sabemos. Temos somente esta história, escrita centenas de anos depois, dos eventos por ela descritos. Mas a história (isto é, o texto), de acordo com David Harlan (2000, p. 56), é mais importante que os eventos (Harlan, 2000, p. 56). Desta forma, o conhecimento do objeto histórico se dá muito mais como construção do que como realidade dada, nos termos de Margareth Rago e Renato Gimenez (2000, p. 10).

Diversos autores se debruçaram sobre essa temática, tais como Paul Ricoeur, Hayden White, François Hartog e Jörn Rüsen, entre muitos outros. Para Ricoeur, por exemplo, toda história é narrativa, porém, uma narrativa específica que não se confunde com a ficcional. Este filósofo aborda o papel central do tempo histórico, ou seja, o tempo criado e narrado pelos historiadores. Para ele, a dimensão narrativa do conhecimento histórico tem que ser apreendida articuladamente ao tempo histórico e vice-versa. Assim, conclui o autor, a História, apesar de não poder ser classificada como um gênero literário, não pode romper com a narrativa sem abandonar o seu caráter histórico (Ricoeur apud Gabriel e Monteiro, 2014, p. 30). Dessa forma, não se pode separar a narrativa da epistemologia do conhecimento histórico, já que este, seja fundamentado na “história narrativa” ou na “história problema”, sempre se materializa por meio de uma narrativa, logo ela é um elemento que constitui esse saber.

François Hartog (1998, p. 200-201) observa que, mesmo com a afirmação de novos regimes de historicidade no século XX, “a história não cessou de dizer os fatos e os gestos dos homens de contar, não a mesma narrativa, mas narrativas de formas diversas”.

Hayden White, em *O texto histórico como artefato literário*, indica de modo ainda mais direto que as ‘narrativas históricas’ manifestamente são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes na ciência” (White, 1994, p. 98). Em outro capítulo

¹ Publicado na Revista Eletrônica Documento/Monumento. N. 25. Cuiabá: NDHIR/UFMT, 2019, p. 111-124 e em *Matogrossismo: questionamentos em percursos identitários*. Cuiabá: Carlini & Caniato Ed., 2020, p. 502-518.

da mesma obra, White afirma que a história é uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa (White, 1994, p. 39).

Nas intersecções desses saberes e conceitos, além dos caminhos que separam e interligam Cuiabá e Cáceres está uma, dentre diversas personagens que poderia servir de protagonista para este texto. Natalino Ferreira Mendes, autodidata, pássaro poeta, memorialista, cronista e professor das humanidades, traz confluências teórico-epistemológicas difíceis de separar e classificar nas especificidades das diversas áreas do saber, cada vez mais sofisticadas nos dias atuais. Seus textos que contam histórias particulares de sua cidade natal se apresentam sob a forma poética, talvez uma tentativa inconsciente de reunir a dicotomia aristotélica evidenciada no início deste texto. Nunca foi historiador de formação, apesar de contar em sua biblioteca com um exemplar da *Nova História*, de Jacques Le Goff, que ainda contém, em seu interior, anotações do poeta em folhas de papéis de caderno. Apesar da não formação sempre escreveu suas narrativas históricas a partir da literatura, ou sob os influxos da poética. Os aspectos poéticos da história são tecidos em versos ambientados na sua ‘princesinha do Paraguai’.

Seu campo de atuação foi o entre-lugar Cáceres-Cuiabá que se manifestava a partir da matéria com que escrevia e contava suas próprias histórias, assim como muitas outras, a partir de personagens que compunham o rico emaranhado de memórias, histórias e poemas daquele período de juventude, ou mesmo na plenitude da vida intelectual.

Cáceres e Cuiabá estão umbilicalmente ligadas pela história e pela memória. Ambas possuem a mesma gênese. Cuiabá, pelo espírito bandeirante apresador legou a riqueza aurífera; Cáceres, pela posição fronteiriça, atraiu contingente militar e a necessidade de fortificação coroada pela presença de ilustrados capitães-generais como Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, seu fundador.

A formação dessas sociedades coloniais na parte mais central da América portuguesa pode ser observada como espacializações, nos termos de Carlos Rosa, em trabalho precursor (2003, p. 11). Espacializações essas que foram constituídas a partir das desterritorializações de diversos povos indígenas, senhores dessas porções de terras. As conquistas e colonizações eram denominações que significavam invasões de terras ameríndias milenares.

Cuiabá, fundada em 08/04/1719, surgiu a partir da expansão dos paulistas para o interior visando o apresamento dos indígenas, bem como a possibilidade de descobertas auríferas, o que acabou acontecendo a partir dos achados de Antônio Pires de Campos, Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil, entre outros. Na margem direita do córrego, depois chamado Prainha, em fins de 1722, começou efetivamente a edificação do arraial. Em 1723 foi criada a freguesia ou comarca eclesiástica do Cuiabá, que elevou a igreja do Bom Jesus à categoria de matriz. Somente em 1727 o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, viria ao Cuiabá para fundar a vila (Rosa, 2003, p. 15 e 28). De acordo com o autor:

Falar em “fundação de vila” no Cuiabá significa referir a criação de câmara, com eleições, estatutos e posturas municipais, normatização da edificação, da higienização, da saúde, da alimentação, das festas. E concessão de privilégios e imunidades aos “homens da governança” locais (vereadores, juízes, oficiais camarários), a fim de praticar com a isenção possível o direito de crítica visando o “bem comum” (Rosa, 2003, p. 16).

Percebe-se que a elevação do arraial/freguesia à categoria de vila, representava o reconhecimento de poderes locais por meio da câmara, cujos membros reuniam para si os poderes legislativo, judiciário e executivo. As reflexões de Carlos Rosa acerca das espacializações urbanas coloniais na terra da conquista nos auxiliam a apreender o alargamento das fronteiras a partir do distrito *do* Cuiabá, em direção *ao* Mato Grosso, conforme nomenclatura do período. Com a oficialização das descobertas de ouro em território Pareci, área de densas florestas, ficaria conhecida, desde 1750, como o “Mato Grosso dos Pareci”, ou o “Mato Grosso do sertão dos pareci”. Essa expansão para consolidar o domínio sobre *o* Mato Grosso dispensaria um tratamento preferencial para essa parcela do *termo* da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, culminando com a criação da Capitania de Mato Grosso em 1748, cuja cabeça deveria ser no vale do rio Guaporé (Rosa, 2003, p. 40-41).

O distanciamento entre os dois distritos ou termos, o *do* Cuiabá e o *do* Mato Grosso, fez com que fossem fundadas povoações para servirem de entrepostos para os que se aventurassem na longa jornada, objetivando também a manutenção e domínio dessa faixa de terras conquistadas do Império espanhol. Esse avanço lusitano fez com que o Tratado de Tordesilhas se tornasse obsoleto. Seria necessário um novo acordo entre as potências marítimas ibéricas para definir a nova linha fronteira. Vale observar que os indígenas, proprietários originais dessa porção territorial, não participariam da negociação.

A linha de Tordesilhas, estabelecida no papel, em 7 de junho de 1494, sujeitava-se às mais variadas leituras pelos exploradores. Na prática, alargava-se conforme interesses e ideários de quem a demarcava. A fronteira natural tendia a substituir, *in loco*, a geométrica.

A concepção do território enquanto uma *ilha continente* serviu como um programa geopolítico para a fronteira oeste, a fim de se colonizar o Brasil, ordenando e orientando as estratégias desenvolvidas no Prata e Amazonas. Esse “mito” da Ilha Brasil, de acordo com Jaime Cortesão, é essencialmente político e geográfico, encontrando sua mais alta expressão na cartografia. Foi uma reação direta ao Tratado de Tordesilhas (Cortesão, 2006, p. 135-6).

Dessa forma, os exploradores lusitanos disseminaram o conceito de um Brasil enquanto uma vasta ilha amazônico-platina, dividida em várias outras ilhas e por outros rios nascidos a partir de uma imensa lagoa, conhecida até as últimas décadas do século XVIII, por *Laguna del Xarayes* (Costa, 1999), na qual o curso do Amazonas se fundiria com o do Madeira, para ir ao encontro do Paraguai. Estabeleceu-se, assim, o território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as coroas portuguesa e espanhola (Magnoli, 1997, p. 11).

A linha demarcatória artificial de Tordesilhas era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, cujas águas seriam as melhores raias. A ilha Brasil invocava uma verdade prévia, anterior à história, uma terra preexistente, um lugar de contornos definidos e de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Em meio a essas disputas de fronteira entre as potências ibéricas, surgiram diversos tratados de limites. O primeiro deles foi o acordo, assinado em 13 de janeiro de 1750, na cidade de Madri, fundamentado justamente nesse mito expansionista lusitano e tendo como embasamento jurídico um princípio do Direito Romano, *uti possidetis*, cuja efetivação contou com a hábil diplomacia de Alexandre de Gusmão, garantindo para a Coroa lusitana a posse das terras conquistadas. O Marco do Juru, símbolo do Tratado de Madri, assinado em 1750, de acordo com Jaime Cortesão, é o único remanescente dos muitos monumentos semelhantes conduzidos até os longínquos lugares onde deveriam ser plantados. Depois do Tratado de El Pardo, em 1761, os espanhóis mandaram destruir todas as evidências da delimitação fronteira de 1750 (Cortesão, 2006, p. 359). Outros tratados foram assinados entre Portugal e Espanha, como o de Santo Ildefonso, assinado em 1777, que praticamente ratificava as negociações de Madri e representaria o fim de uma política fronteira empreendida pelo rei português José I e seu primeiro ministro, marquês de Pombal.

Em decorrência dessa negociação fronteira e a necessidade de assegurar a posse dos novos territórios, foram fundadas diversas povoações ao longo do rio dos Paiaguá. Entre elas, “Villa” Maria do Paraguai, em 1778. Na época, não se constituía ainda como tal, devido às condições estéticas um tanto precárias, fato constatado pelo viajante Hércules Florence:

Do mesmo modo que os outros povoados de Mato Grosso, não merece este a qualificação de vila. Um renque de casas em mau estado, de cada lado de uma grande praça, uma igrejinha sob a invocação de São Luís de França, muros de separação por trás das casas, eis tudo (Florence, 1977, p. 199).

Mesmo não preenchendo os pré requisitos para constituir-se em vila, já que não havia câmara, muito menos poder local, foi erigida em paróquia em 1780, sob a invocação de São Luís de França. Viria ganhar o estatuto de Vila, oficialmente, somente em 1859, com a inauguração de sua câmara.

Em 23 de junho de 1874, a vila foi elevada à categoria de cidade, com o nome de São Luís de Cáceres, homenageando o santo padroeiro da paróquia e seu fundador, o quarto governante da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Através do Decreto-lei n. 208, de 26/10/1938, o município de São Luís de Cáceres passou a denominar-se apenas Cáceres (Mendes, 1973, p. 41; 59; 75 e 173).

Descortinando caminhos em meio à poesia

Os feitos históricos dos homens que perlustraram estas terras estão registrados por estudiosos de ambos os espaços de significação, sendo que o legado das duas Universidades Públicas de Mato Grosso, a Unemat, em Cáceres, e a UFMT, em Cuiabá, ambas atingindo grande parte do Estado em formato multicampi, adquiriram capital importância, tanto no tocante à preservação da memória, quanto na reinterpretação da história o que lega às futuras gerações variados aspectos de um mesmo acontecimento. As bases culturais das duas cidades têm raízes que remontam aos primeiros habitantes de suas terras, sendo que a herança indígena e negra pulsa nas manifestações populares e na mentalidade do povo.

Desde as primeiras décadas do século XX quando Cáceres e Cuiabá eram precariamente ligadas por estradas pisadas por cavalos e carros de bois ou mesmo carroças, os jovens menos abastados viam em Cuiabá a única forma de prosseguir os estudos para além do 4º ano primário e se aventuravam no lombo dos cavalos até à Capital em busca de outras oportunidades. Os mais abastados rumavam para o Rio de Janeiro.

Natalino Ferreira Mendes foi um desses jovens que buscou horizontes mais alargados até como forma de saciar o espírito aventureiro. Fez desse ideal de busca um objetivo de vida e de construção de uma carreira profissional. Em seu espírito sempre cultivou extremada dedicação às causas da cidade. O fato de ter estudado na Capital e mantido contatos fecundos com colegas e professores, legou-lhe amizades profundas que manteria até o fim da vida quando a sua ligação com Cuiabá se consolidou através das duas Instituições culturais mais antigas do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras.

Pensando sobre o sentido social e o papel histórico de Mato Grosso, aliado à atuação profissional e intelectual de Natalino Ferreira Mendes, este texto carrega o objetivo de revitalização da memória e, mais ainda, a memória que temos das suas relações pessoais e profissionais com eminentes figuras cuiabanas que afetaram sensivelmente o seu protagonismo e uma parte das atividades culturais da cidade.

Desde cedo Natalino Mendes viu-se vocacionado para as letras, indo estudar em Cuiabá. Contava então 21 anos quando retornou a Cáceres após dedicar-se à Escola de Tiro de guerra, uma passagem pelo Liceu Cuiabano e pelo Tesouro do Estado, como auxiliar protocolista. O meio de transporte disponível à época era o equino. Isso mesmo! Sua primeira viagem à capital foi a cavalo. No seu “sapiquá”, havia paçoca suficiente para a longa jornada. Costumava contar que por um descuido, a certa altura da viagem, a bolsa deslizou-se do “arreio” e entrou em contato com o suor do corpo do animal, tornando-a intragável para o consumo. Desse fato em diante, os sons da mata certamente foram ofuscados inúmeras vezes pelo som de dolorida fome. Seguramente ficou alguns quilos mais magro. Talvez essa jornada à capital tenha sido a causa primeira de suas perturbações gástricas que o acompanharia nas jornadas subsequentes. A chuva, o frio, o calor, os mosquitos, urros de onças foram emoção e aventura que passaram a compor o húmus de que se forjaria.

Ao retornar a Cáceres o panorama educacional era pouco alentador. A cidade contava apenas com o curso primário. Formou-se, então, uma campanha para a criação do ginásio que se transformaria em escola de referência responsável pela formação da mentalidade local (Calix, 1993). Surge o *Onze de março*, do qual foi o primeiro diretor e professor de português. Os demais eram colaboradores, como diz em entrevista: “Encontrei farmacêuticos, médicos e, sobretudo, lancei mão dos padres da Congregação dos Franciscanos e das freiras, as imãs azuis. Todos os que saíam do seminário, saíam sabendo filosofia, teologia, línguas, principalmente o latim e o francês”

(Siqueira, 2007, p. 103). Assim, foi se formando o corpo docente, todos autodidatas e empenhados no papel social da escola.

Com o fortalecimento da categoria, fundou o Instituto Onze de Março onde exerceu a função de Diretor e Professor de Português, ao mesmo tempo em que alternava funções na Prefeitura de Cáceres como Secretário de Administração, de Educação e Desenvolvimento Social e Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal por mais de três décadas. Do exercício como professor, pesquisador e homem público, surgiram suas principais obras, algumas ainda inéditas.

Costumava dizer que os anos passados em Cuiabá legaram-lhe as mais fecundas amizades, dentre as quais citava os professores Antonio Cesário de Figueiredo Neto, o colega Benedito Pinheiro de Figueiredo, ambos no Liceu Cuiabano. Como associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e da Academia Mato-Grossense de Letras, solidificou amizades e manteve contatos frequentes com Gervásio Leite (este em escala de profunda admiração em escritos), Luís-Philippe Pereira Leite, Lenine de Campos Póvoas, Benedito Santana da Silva Freire e Benedito Pedro Dorileo, todos os que aparecem em alguns registros no seu acervo de documentos, correspondências e escritos, constituindo um tempo e dois espaços de significativas presenças no cenário de Mato Grosso.

Sobre essas relações pessoais e de produção é que vamos nos ater neste texto, numa tentativa de trazer as ligações entre a Capital e o interior de Mato Grosso, mesmo que muitas vezes prevalecesse a hegemonia do centro em detrimento da periferia, notada ainda hoje. Para esses homens, no entanto, cultivou-se uma relação baseada em trabalhos coletivos, necessários à minimização das diferenças e à dinamização da cultura. Ou como costumavam apregoar: mecanismo para a construção da “unidade na diversidade”.

Cáceres/Cuiabá: contatos e afastamentos

A fascinação pela diferença tem levado os estudiosos ao interesse pelo local, não numa situação de exclusão, mas que atue na “lógica da globalização”, como fala Stuart Hall (Hall, 2006, p. 77). Nesse aspecto, é que se torna possível a tradução da tradição, como fazem os que se afastam do seu lugar de origem, mas sem perder completamente suas identidades. Elas se traduzem no hibridismo das diferentes formas do dizer.

Ao colocar em cena o espaço cultural de Mato Grosso/Brasil, evocamos, assim, uma operação constituída historicamente pela escrita, ou seja, pela produção dos intelectuais que tornaram possível, cada um ao seu modo, ou ao modo do grupo que representavam, a reconstrução de uma “realidade” social. Na linha proposta por Pierre Bourdieu (1996), ao refletir sobre as regras da arte em um mundo submetido às próprias leis, propomos não a celebração dos clássicos, nem o culto dos ancestrais, mesmo que a memória se presentifique, mas o espaço da liberdade fora do santuário da história e da fetichização do que passamos a considerar “coisa nossa”. Por ser tão próximo a nós, teimamos, muitas vezes em não reconhecer (ou perceber) as regras.

Desta forma, é possível construir um discurso *sobre* o Brasil, desta feita, o Brasil mais interior, de certa forma desconhecido e vilipendiado, ora determinando a história desses processos, ora mostrando os apagamentos da memória existente. Um complexo de formação, vinculado à tradição herdada que remonta há séculos de entradas, bandeiras, aprisionamento e submissão de índios e negros, ocupação e devastação de terras, olhares estrangeiros de viajantes de todas as partes do mundo, criando estereótipos e (pre)conceitos, como abordado na primeira parte.

Os *topoi* representativos do que se considera esteticamente *localizado* constroem discursos que orientam e mesmo determinam uns sentidos e encobrem outros, produzindo evidências que se ligam em campos de disputa e elaboração constantes. Pois não é pela classificação literária tradicional, nem pela forma estereotipada que esse *local* deve ser trazido como matéria de composição, mas pela universalidade de conceitos que operam a história das sociedades.

Ao discutir sobre os discursos culturais que redesenham práticas humanas nos espaços contraditórios, há uma tentativa de resignificação das diferenças. As representações históricas e literárias que constituem os não lugares dos discursos homogêneos criam gestos de interpretação do

sujeito em espaços que modificam o “modo de falar” sobre literatura, regionalismo e identidade (Canclini, 2003), traçando caminhos para compreender a porosidade dos conceitos, no sentido de reencaminhá-los por um sistema plural de significação, no trânsito das figuras complexas de diferença e identidades que contribuem para a construção de imagens e estereótipos ainda visíveis na relação capital/interior. Por isso, ao traçar as relações aqui propostas intencionamos não só expor acontecimentos que fizeram parte da vida dos intelectuais aqui selecionados, mas principalmente compreender o processo de constituição desses discursos. No nosso caso através da atuação social de Natalino Ferreira Mendes no cenário da cultura histórica e das letras.

Com qual interesse levantar um personagem do interior de Mato Grosso?! Dar voz a outros *lócus* de enunciação, numa demonstração de como a história se faz, a partir do que Alfredo Bosi considera ser de um “movimento de dentro da história”, fugindo da dualidade centro *versus* periferia (Bosi, 2010). Nesse aspecto, algumas hipóteses têm norteado nossas reflexões. A mais contundente é aquela que carrega estereótipos de situações marginais dos discursos produzidos. Ou seja, trazer uma representação de Cáceres, ou outra cidade qualquer fora da Capital, é falar da “margem da margem”, mas que se quer parte desse complexo histórico e cultural.

Há entre os atores sociais aqui referenciados uma ligação intrínseca muitas vezes não visível, mas sentida nos/pelos escritos, principalmente naqueles veiculados nas Revistas do IHGMT e da AML. Entre eles existe um sentimento de pertencimento, mas também uma contundente atitude ética perante os objetos de estudo. Tanto nos escritos da e sobre a história de Mato Grosso, quanto nos poéticos, é possível sentir o entusiasmo que perpassa visões de mundo e o esmero com a língua. São como finos artesãos da palavra e na oratória, geram primorosas peças ditas nas Instituições das quais pertenciam. São vozes que ecoam *ad infinitum*, portanto, educadoras de gerações.

Figuras educadoras são as dos professores Cesário Neto e Benedito Figueiredo. Nos anos 1974, eram vistos nas salas de aula da Universidade Federal de Mato Grosso. Ditinho, como era tratado por Natalino, mais expansivo, pregava enquanto conversava. Mantinha uma relação de grande amizade com os alunos e não era raro que ensinasse pelos corredores, normalmente ladeado pela antológica figura do professor-poeta Pimentel, mais tarde descoberto nos valiosos poemas de Avoante do Cariri². Ambos filólogos auto-didatas, como se formavam os maiores estudiosos da época, “eram de fato muito capazes, entendiam o que falavam que entendiam”, nas palavras do contemporâneo João Antonio Neto³. Importante estudo de Cesário Neto coloca em perspectiva os aspectos linguísticos e sociais de *Os Lusíadas*, de Camões, procurando descobrir a dinâmica subjacente que opera o pensar e agir do homem coletivo. Um pensamento do poeta, mas que fazia sentido nas atitudes desses homens de letras.

Ao se referir a Gervásio Leite, Natalino Mendes não se furtava aos elogios quanto aos atributos, principalmente por ter tido a companhia de um cacerense Euricles Motta, no Movimento Graça Aranha, Manifesto de propostas inovadoras para os cansados ares parnasianos (Siqueira, 1999, p. 277-279). Fazia coro às propostas da Revista Pindorama de tornar visíveis as manifestações artísticas locais a partir da “crença nas coisas do espírito de transmitir à inteligência mato-grossense o dinamismo criador que sacode todo o país na hora decisiva em que vivemos” (Almeida, 2012, p. 80). A mensagem apregoada funcionaria como um libelo em favor dos movimentos locais. No 50º aniversário da Semana de Arte Moderna Gervásio redigiu comentários ao Caderno número 07 de Silva Freire, dizendo: “a poesia e seu poeta estão causando espanto e assombro na máquina do mundo” (Revista AML, 1996, p. 45)². Portanto, na travessia entre dois mundos, construiu uma forma singular de inserção social e de produção artístico-cultural. Nesse sentido, Gervásio Leite tateou terrenos movediços, consciente da dupla função do intelectual: expor as feridas e traduzi-las para além da sacralização original, da forma como Natalino Mendes compreendia e professava. Sua ilibada vida pública levou-o a ser reconhecido como político, professor e ativista cultural. Como tivemos oportunidade de escrever (RIHGMT, 2016), esteve à frente dos movimentos de atualização das letras mato-grossenses. Fundou e dirigiu, com Rubens de

² Cf. Revista comemorativa do Jubileu de Diamante da AML, número especial personalizado. Cuiabá, 1996.

Mendonça e Martins de Melo, a Pindorama, em que veiculou grande número de textos e colaborou em vários jornais e revistas de Mato Grosso e do país.

Entre Luís-Phillipe Pereira Leite, Rubens de Mendonça e Lenine Póvoas ressoa, para Natalino Mendes, a voz de uma história em que Cáceres se presentifica sob vários aspectos. Luís-Phillipe encontrou suas raízes na Fazenda Jacobina e no sepulcro dos ancestrais, no Cemitério São João Batista. Além disso, contribuiu efusivamente com os festejos do bicentenário da cidade de Cáceres, em 1978, através da doação de material bibliográfico e iconográfico, ao Museu Histórico Municipal, e com a publicação, pela Fundação Cultural de Mato Grosso, da biografia de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, pesquisa de Gilberto Freyre, no Solar e Arquivo dos Albuquerque, em Viseu/Portugal. Legou, ainda, à história do Município, publicações que designamos de “trilogia cacerense” (Castrillon-Mendes, 2015): *O engenho da estrada real* (1976); *Vila Maria dos meus maiores* (1978) e *O médico da Jacobina* (1978), as duas últimas relacionadas ao ano bicentenário. Desconhecemos, até o momento, outro empenho externo em tamanha pesquisa histórica e cultural sobre a cidade. Somada a outras publicações que compõem o conjunto da obra do escritor, Cáceres é o núcleo germinador de aspectos culturais singulares na abrangente história nacional e internacional.

Nas relações de produção com outros dois historiadores, Natalino mantinha assídua correspondência, tanto por força dos contatos institucionais, quanto pelas contribuições à publicação da *História de Cáceres: administração municipal*, de 1973. Em antológico prefácio, Rubens analisa a situação do escritor interiorano e reforça a necessidade de se voltar os olhos para o interior do Estado, retomando posição de um patricio:

Seria interessante uma obra assim. Cada historiador de província faria a sua história regional, com fatos locais, somente conhecidos em sua própria província. Eu também desejaria uma história de Mato Grosso assim, que cada município fizesse a sua, a exemplo do que já foi feito pelos municípios de Várzea Grande e Campo Grande [...]. Agora vem o professor Natalino Ferreira Mendes com a sua bem elaborada *História de Cáceres*. A obra é um excelente trabalho de pesquisa e nela o que mais me impressionou foi o apoio oficial que teve por parte da Câmara dos Vereadores daquela simpática cidade porque não se costuma no nosso Estado os poderes públicos tomar essas atitudes (Mendes, 1973. Prefácio).

Numa espécie de visão antecipada, Rubens de Mendonça, em alguns momentos, compreendeu Mato Grosso numa espécie de macrossistema de produção cultural em que seria necessária a junção de outros eixos de produção para se escrever uma história cultural que pudesse se completar de maneira mais coerente, levando-se em conta a diversidade de que é constituído o Estado.

Voltado para essa vertente, a *História da cultura mato-grossense*, de Lenine Póvoas (1982), é um dos mais completos panoramas de produção do Estado, remontando desde o tempo que ele denomina de “ciclo dos cronistas” e das “investigações científicas”, até a produção cultural dos anos 1980. A literatura está ali representada por intelectuais de muitos municípios do interior a partir do século XIX. Natalino Mendes aparece nela como poeta e prosador, mas como em outros compêndios, carece de análise mais sistemática do conjunto das obras dos escritores.

Figuras de particular sensibilidade são Silva Freire e Benedito Pedro Dorileo. O primeiro pelas lides poéticas. O outro, por afinidades visionárias sobre a educação, terreno muito bem trilhado por eles.

Silva Freire, no discurso de recepção de Natalino Mendes, na Academia de Letras, indaga sobre os “secretos” motivos que fizeram com que a escolha do entrante recaísse sobre o seu nome. E encontra uma só explicação: “empatia”, esse estado de espírito de identificação de uma pessoa com a outra, “presumindo sentir o que esta está sentindo”. E continua:

Pois é verdade que tal fenômeno nos tem identificado de longa data, pela consideração recíproca, a par da estima e delicada atenção a mim dispensadas por este filósofo-professor [...]. Pois aqui se explica o amigo, o colega de ensinar e o

confrade de tantas outras leituras [...]. É um interlocutor de silêncios, carregado de energia espiritual; é a disponibilidade de ouvir e entender outras vozes que a sua própria, captar sentidos do que fica entredito. É auscultador da palavra incoativamente pronunciada. É o que vem em socorro ao diálogo que se instaura e começa a ser temeroso de revelações. É o revelador da profundidade da intimidade não clara, só entrevista. Busca a verdade, ainda não manifesta, e encontrando-a corre para anunciá-la ao amigo (Mendes, 1987, p. 5).

Ao sintetizar o perfil do confrade no discurso de recepção, Freire não só poetiza a amizade, mas compreende o *locus* de enunciação de onde brotam os discursos fora dos meios culturais da metrópole. Nesse sentido, constituem-se homens feitos de palavras-raízes, embora assumindo estrutura formal distante. O que mantinha a ligação entre eles era o sentimento telúrico pelo qual deram aos elementos da terra estatuto literário, entendendo que o processo de desenvolvimento de uma região não implica em renegar os valores natos, mas fundi-los para construir harmonicamente a fisionomia plural do povo. Esse era o discurso que fazia sentido, retomando em certa medida, aspectos do projeto literário de D. Aquino.

Nas parcerias oriundas dos tempos escolares, Benedito Pedro Dorileo manteve com Natalino Mendes a somatória do ideal de universidade e do sentido das diferentes localidades interiores que dão a Mato Grosso o caráter singular de que é constituído. Compondo o grupo pioneiro de fundação da Universidade Federal de Mato Grosso, Dorileo manteve-se (e ainda mantém) fortes ligações com as causas educacionais para quem é “ação transitiva”, comungando com o pensamento de Natalino Mendes de uma educação *para*, destinada à preparação da mentalidade das populações para um assumir dos problemas coletivos (Dorileo, 1984). Ao professar os seus ideais de fé na Universidade do Estado de Mato Grosso de que participou da criação da sua célula como instituição municipal, o IESC, Mendes creditava ao ensino superior de Cáceres a responsabilidade das mais profundas transformações em todas as áreas do conhecimento e atuação político-social. Para ele, a Unemat significava a redenção do ensino e uma das formas de verticalização dos projetos sociais e culturais para o estado. Um ideal que vem se construindo a partir de ações verticalizadas, principalmente, na área de formação de professores.

Algumas considerações

O olhar pesquisador tem encontrado algumas respostas para os questionamentos que se colocam sobre a formação da cultura brasileira produzida em Mato Grosso, precipuamente, muito mais questionamentos. O contato com os arquivos é revelador de fecundos espaços de produção desse conhecimento. Ressalta-se, sobretudo a posição dos grupos de intelectuais que, em suas respectivas historicidades, mantiveram a hegemonia cultural. Desde os primeiros anos do século XX, tanto na presença em jornais, quanto pela produção em livros e Revistas, dentro e fora do Estado, a atuação de homens e mulheres construíram uma singular fisionomia desses momentos.

As relações de produção marginal à Capital, Cuiabá, que mantinham (e ainda mantém) com o grupo cultural atuante, foram prósperas, embora nem sempre detectadas e/ou registradas. No caso de Natalino Ferreira Mendes há uma identificação que consegue assegurar um convívio salutar e de intensa produção intelectual, cujos resultados podem ser, ainda hoje, sentidos e reforçados através dos grupos de pesquisadores e escritores da Universidade do Estado de Mato Grosso. Uma parceria que tem se mostrado bastante eficiente apesar, contudo, dos poucos investimentos externos. É uma relação que, transmutada do nível e interesse pessoal para o institucional, poderá render eficazes resultados.

Contemporaneamente esboça-se um panorama nem sempre observado ou sentido. Vive-se um momento de intensa produção que tem mobilizado, tanto o mercado editorial quanto escritores, leitores e críticos. O que se vislumbra desse universo criativo é uma compreensão mais ampla do atual panorama de produção, cujas bases estão nos compêndios de *História da literatura mato-grossense*, de Rubens de Mendonça (1970 e 2005) e na *História da literatura de Mato Grosso: século XX*, de Hilda Magalhães (2001). A crítica, ainda tímida, parece tomar novos ares a partir da

visibilidade do produto cultural produzido. Ou seja, Mato Grosso como um todo, mostra singularidades no universo plural de que se constitui o amálgama cultural brasileiro. O particular revela faces e detalhes que o olhar mais abrangente e geral não detecta.

A comemoração, em 2019, do tricentenário de Cuiabá, historicamente constituído como centro irradiador, pode significar um marco reflexivo das questões que pairam acima (e bem abaixo) do que se conhece. As relações de produção que construíram discursos hegemônicos precisam ser rompidas de forma a oxigenar o campo de produção. Outros atores sociais, novos gestos de leitura do arquivo e de escrita da história cultural abarcando outros nichos. Os espaços silenciados precisam de vozes que, se ouvidas, farão surgir outros personagens que, no anonimato, continuam a pensar e a escrever suas histórias.

Que venham mais 300 anos de caminhos trilhados, pois como diz certa canção, eles só existem quando são percorridos.

Referências

- Almeida, M. *Revistas e jornais: um estudo do Modernismo em Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. Carlini & Caniato, 2012.
- Aristóteles. Poética, 1451 a 36; 1451b, II; 1459 a 21-24. In: PINSKY, Jaime. *100 textos de História Antiga*. 4º ed. São Paulo: Contexto, 1988.
- Bosi, A. O mesmo e o diferente. In: *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Bourdieu, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Calix, N. J. da C. *A saga do Ginásio “Onze de março” de Cáceres: formar cabeças pensantes*. Dissertação de Mestrado em Educação/UFMT. Cuiabá, 1993.
- _____. *Natalino Ferreira Mendes: um sonho, uma vida*. Publicação Avulsa. s/d.
- Canclini, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa & Heloisa Prezza Cintrão. 4 ed. SP: Ed. Usp, 2003.
- Castrillon-Mendes, O. M. *Escritor e criação: poiesis do absoluto*. Discurso de Posse na AML. Revista da AML. In: Siqueira, E. M. e outros (Orgs). Cáceres: Editora Unemat, 2016 (103-116).
- _____. *Luis-Philippe Pereira Leite: memória centenária em trilogia cacerense*. Revista do IHGMT. Dossiê Construções sobre o Brasil e/ou Mato Grosso. Cuiabá, 2015 (33-50).
- _____. *O erudito e o popular na poética de Silva Freire: espaço de (re)construção do leitor*. net.br/revista_norteamentos/arquivos, Sinop, 2010.
- Certeau, M. de. Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- Cortesão, J. Z. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- Dorileo, B. P. *Pensar para fazer: coletânea de discursos*. Cuiabá: Imprensa Universitária, 1984.
- Florense, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; EdUSP, 1977.
- Gabriel, C. T. e Monteiro, A. M. Currículo de História e Narrativa: desafios epistemológicos e apostas políticas. In: Ana Maria Monteiro et al. (Org.). *Pesquisa em ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.
- Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Harlan, D. A história intelectual e o retorno da narrativa. In: Rago, M.; Gimenes, R. A. de O. (Org.). *Narrar o Passado, Repensar a História*. Campinas, Gráfica do IFCH-Unicamp, 2000.
- Machado, R. S. História e Poesia na Poética de Aristóteles. *Mneme, Revista de Humanidades*. Vol I, n.1. - ago/set. de 2000.

- Magnoli, D. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP / Moderna, 1997.
- Mendes, N. F. *História de Cáceres: administração municipal*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1973.
- Peixoto, R. A. *A Máscara da Medusa: A construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- Pereira Leite, L. P. *O engenho da estrada real*. Cuiabá: Escola Técnica Federal de MT, 1976.
- _____. *Vila Maria dos meus maiores*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978.
- _____. *O médico da Jacobina*. São Paulo: Ed. Resenha, 1978.
- Póvoas, L.de C. *História da cultura mato-grossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.
- Revista da AML. Jubileu de Diamante, 1996.
- Revista do IHGMT. *Tricentenários*: Gervásio Leite, Luis-Philippe, Ubaldo Monteiro. N. 77. Cuiabá, 2016.
- Rosa, C. A. O urbano colonial na terra da conquista. In: Rosa, C. A. e Jesus, N. M. de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 11-49.
- Sá, R. B. da S. *Abrangências dos voos poéticos de Avoante do Cariri*. Cuiabá: EdUFMT, 2014.
- Siqueira, E. M. et all. *Lembranças de professores e alunos mato-grossenses: 1920-1950*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
- _____. *Antônio Cesário de Figueiredo Neto*. In: *Revista do IHGMT*. Comemorativa dos 80 anos de fundação. Tomo 148. Ano 71. Cuiabá, 1999 (256-259).
- White, H. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- _____. O fardo da História. In: _____. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- Veyne, P. M. *Como se Escreve a História*. Brasília: Ed. UNB, 1998.

¹ Certeau adverte seus leitores que uma parte do capítulo intitulado “Operação historiográfica”, havia sido publicado em Jaques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l’histoire*, Galimard, 1974, sob o título “L’operation historique”, que foi revista e corrigida, publicada no ano seguinte em seu livro *L’Écriture de l’Histoire*. Michel de Certeau. Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

² Estudo da obra poética do professor Pimentel encontra-se em Roberto Boaventura da Silva Sá (2014).

³ Lúcido aos 99 anos, João Antonio Neto faz várias declarações sobre a cultura mato-grossense em entrevista a Eduardo Mahon. Cf. Facebook 1º/09/2018.